

MINUTA DE CARTA CONSULTA (v05Junho2017)**PROFISCO II SC****1. MARCO DE REFERÊNCIA****1.1. MARCO DE REFERÊNCIA/DIAGNÓSTICO****A. ASPECTOS GERAIS DO ESTADO**

O Estado Santa Catarina está situado na região sul do Brasil, é dividido em 295 municípios e possui 95.737,895 km² de área territorial, que representam 1% do território nacional. Conta com uma população estimada de 6,9 milhões de habitantes (IBGE, 2016), que se traduz em 72,07 hab/km². É o 6º maior PIB do Brasil.

Conforme IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Catarina atingiu R\$ 242,6 bilhões em 2014, registrando um crescimento real de 2,4%. O Estado posicionou-se como a sexta economia do País, contribuindo com 4,2% do total nacional.

Em 2014, o setor de serviços respondeu por 63,5% do PIB, seguido pela indústria, com 30,3%, e o setor agropecuário, com 6,2% (IBGE/Contas Regionais e SPG/SC).

No que se refere ao PIB per capita, Santa Catarina se mantém em posição de destaque, com um valor observado para 2014 de R\$ 36.056. Naquele ano, o último que permite a comparação entre os estados, Santa Catarina tinha o quarto maior PIB per capita brasileiro, apenas superado pelo Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro.

O PIB per capita do Estado em 2014 era 28% maior do que o brasileiro, enquanto em 2002 era apenas 15% acima. Vale destacar que entre 2002 e 2014 a população estadual cresceu 20,3%, enquanto a brasileira teve um crescimento de apenas 14,9%.

B. SITUAÇÃO FISCAL DO ESTADO**EQUILÍBRIO FISCAL**

Os Estados Brasileiros são avaliados pelos indicadores do Programa de Ajuste Fiscal - PAF firmado com a União, no âmbito da Lei 9.496/97 e da Resolução do Senado Federal nº 112/98 e, ainda, por aqueles que compõem a Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

O Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de Santa Catarina - PAF é parte integrante do Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívida nº 12/98/STN/COAFI, de 31 de março de 1998, firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e da Resolução do Senado Federal nº 070/98. O Programa é elaborado para o período de três anos e tem caráter rotativo, utilizando-se todas as fontes de recursos, excluindo RPPS e somando os repasses do Tesouro para cobertura de déficit do RPPS.

O Estado encaminhou em maio/2016 o Relatório sobre a execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal para avaliação do cumprimento de metas do exercício de 2015 e a revisão e perspectivas para o período de 2016-2018. Em outubro/2016, a STN disponibilizou

o resultado da avaliação definitiva do Programa referente ao exercício de 2015 permanecendo configurada para o Estado a condição de adimplente quanto às metas e compromissos do Programa.

Resultado Primário - Ao se analisar o resultado primário obtido em relação à meta prevista na LDO, devem ser considerados dois fatores que afetam o resultado e que não são levados em conta na sistemática de estabelecimento da meta. O primeiro deles corresponde às despesas primárias executadas com recursos de operações de crédito em valor maior do que o previsto na LDO. Os recursos de operações de crédito, quando utilizados para o financiamento de investimentos, geram resultado primário deficitário, pois os investimentos são despesas de capital (despesas primárias) e as operações de crédito são receitas financeiras, e não receitas primárias. O segundo são as despesas executadas, custeadas com recursos de sobras de caixa de exercícios anteriores (superávit financeiro). Essas sobras são consideradas como receitas no exercício em que foram arrecadadas, por isso, quando utilizadas para custear despesas em exercícios subsequentes à sua arrecadação, geram déficit primário.

No ano de 2014, o Estado de Santa Catarina apresentou um déficit primário de R\$ 555,788 milhões, não atingindo a meta da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que fixou um superávit primário de R\$ 498,382 milhões. O resultado primário do ano de 2014 foi afetado, principalmente, pelas despesas custeadas com sobras de caixa do ano anterior, que somaram R\$ 1,596 bilhão, bem como pelos investimentos realizados com recursos provenientes de operações de crédito, que somaram R\$ 882,008 milhões.

No ano de 2015, o Estado de Santa Catarina apresentou um déficit primário de R\$ 330,032 milhões, não atingindo a meta da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que fixou um superávit primário de R\$ 826,150 milhões. O resultado primário do ano de 2015 foi afetado, principalmente, pelas despesas custeadas com sobras de caixa do ano anterior, que somaram R\$ 1,590 bilhão, bem como pelos investimentos realizados com recursos provenientes de operações de crédito e outras receitas não primárias, que somaram R\$ 661,292 milhões.

No ano de 2016, o Estado de Santa Catarina apresentou um déficit primário de R\$ 769,576 milhões, não atingindo a meta estabelecida na LDO, que fixou um superávit primário de R\$ 687,117 milhões. O resultado primário do ano de 2016 foi afetado principalmente pelos investimentos realizados com recursos provenientes de operações de crédito, que somaram R\$ 1,223 bilhão, assim como pela execução de despesas com sobras de caixa do ano anterior, que somaram R\$ 1,764 bilhão.

Despesas com Pessoal - A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 169, determinou que a “despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar”.

Esses limites foram estabelecidos na LRF, em seus artigos 19, 20, 22 e 59, que versam sobre os limites de despesa com pessoal de cada poder e órgão em relação à RCL.

Em 2014, 2015 e 2016 Santa Catarina ficou abaixo do limite legal das despesas com pessoal estabelecido pela LRF.

Em 2014, as despesas com pessoal consolidadas do Estado de Santa Catarina, para fins da LRF, representaram 57,55% da Receita Corrente Líquida e ultrapassaram o limite prudencial (57%). Sua variação de 2013 para 2014 foi positiva, representando um aumento de 2,40%. Da mesma forma, as despesas com pessoal do Poder Executivo representaram 47,93% da RCL e também ultrapassaram o limite prudencial. Em termos de representatividade no que diz respeito à RCL, as despesas aumentaram a sua participação em 2,63% no ano de 2014.

Em 2015 as despesas com pessoal consolidadas representaram 58,35% da Receita Corrente Líquida, ultrapassando o limite prudencial (57%) imposto pela lei. As despesas com pessoal do Poder Executivo representaram 48,35% da RCL e também ultrapassaram o limite prudencial.

Em 2016 as despesas com pessoal consolidadas do Estado representaram 57,45% da RCL, ultrapassando o limite prudencial (57%) imposto pela lei. As despesas com pessoal do Poder Executivo representaram 47,42% da RCL e também ultrapassaram o limite prudencial. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 01 - Representatividade das despesas com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida por poderes e órgãos.

Dívida Pública - O Estado tem como limite de endividamento duas vezes a sua Receita Corrente Líquida (200% da RCL). Ao longo dos anos o Estado vem reduzindo a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e Receita Corrente Líquida. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Gráfico 01 - Receita Corrente Líquida Versus Dívida Consolidada Líquida - 1999 a 2016 - R\$ milhões.

O limite de endividamento do Estado é acompanhado anualmente pelo Estado e pela Secretaria do Tesouro Nacional, levando-se em conta a curva decrescente dos níveis de endividamento. No gráfico anexo verifica-se a redução da relação da DCL - Dívida Consolidada Líquida/RCL - Receita Corrente Líquida, bem inferior ao limite de 200% limitado pela Resolução nº 40/2000, do Senado Federal. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Gráfico 02 - Receita Corrente Líquida Versus Dívida Consolidada Líquida - 1999 a 2016 - %.

A Dívida Consolidada Líquida corresponde ao valor da Dívida Pública Consolidada menos as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, que são valores a receber líquidos e certos.

Os limites da dívida são definidos pela Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, conforme estabelecido no artigo 52 da Constituição Federal de 1988.

De acordo com a Resolução do Senado, até o final de 2017 (quinze anos após a Resolução ser sancionada), o montante da Dívida Consolidada Líquida dos estados deve estar limitado a duas vezes a Receita Corrente Líquida anual.

Em 2014 a Dívida Consolidada Líquida totalizou R\$ 8,051 bilhões, correspondendo ao percentual de 45,14% da RCL (47,92% em 2013), em 2015 totalizou R\$ 10,295 bilhões, correspondendo ao percentual de 53,04% da RCL (45,14% em 2014) e em 2016 totalizou R\$ 10,288 bilhões, correspondendo ao percentual de 50,21% da RCL (53,04% em 2015). Em 2014, 2015 e 2016 a Dívida Consolidada Líquida atendeu ao limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal.

O Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida abrange todos os Poderes do Estado e compõe o Relatório de Gestão Fiscal, com o objetivo de assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e verificar os limites de endividamento de que trata a legislação, além de outras informações relevantes sobre o tema. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 02 - Demonstrativo da dívida consolidada líquida (R\$ milhões).

DESEMPENHO DA RECEITA

RECEITA TRIBUTÁRIA

Analisando-se as receitas orçamentárias por origem, verifica-se que as receitas tributárias brutas foram as mais representativas no ano, o que totaliza R\$ 18,687 bilhões em 2014, o equivalente a 63,80% da receita orçamentária e 68,23% das receitas correntes.

As transferências correntes brutas, por sua vez, totalizaram R\$ 5,062 bilhões (18,48% da receita corrente bruta) e representam o segundo maior valor por origem. As demais receitas correntes juntas representam 13,29% da receita corrente bruta.

A receita tributária líquida, que representa a receita tributária disponível após os repasses aos municípios e ao Fundeb, e as devoluções aos contribuintes, foi de R\$ 11,613 bilhões (crescimento de 13,37% em relação a 2013). O bom desempenho na arrecadação está diretamente ligado à modernização do fisco catarinense, que tem permitido ampliar a cada ano os controles sobre os contribuintes.

Em 2015, do total de R\$ 19,345 bilhões de receitas tributárias brutas, foram arrecadados R\$ 18,794 bilhões com impostos, sem considerar multas, juros e dívida ativa. As taxas cobradas pelo exercício do poder de polícia e pela prestação de serviços somaram R\$ 551 milhões.

Já em 2016, do total de R\$ 21,180 bilhões de receitas tributárias brutas, foram arrecadados R\$ 20,578 bilhões com impostos, sem considerar multas, juros e dívida ativa. As taxas cobradas pelo exercício do poder de polícia e pela prestação de serviços somaram R\$ 602 milhões.

A receita tributária líquida, após a dedução dos repasses aos municípios e ao Fundeb, bem como as devoluções aos contribuintes e outras deduções, no ano de 2016, foi de R\$ 13,263 bilhões. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 03 - Receita tributária sem considerar multas, juros e dívida ativa (R\$ milhões).

ICMS – A arrecadação bruta com o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) cresceu 12,01% e fechou o ano em R\$ 15,613 bilhões, mostrando que o Estado depende cada vez mais de recursos próprios para atender às demandas da sociedade catarinense. Entre as receitas tributárias, o ICMS é a receita mais representativa, correspondendo a 83,55% da receita tributária bruta. Em 2015 a arrecadação bruta com o ICMS, sem considerar multa, juros e dívida ativa, cresceu 2% e fechou o ano em R\$ 15,926 bilhões, o equivalente a 82,32% da receita tributária total. Já em 2016, a arrecadação bruta com o ICMS, somando-se a arrecadação com multa, juros e dívida ativa desse imposto, fechou em R\$ 17,697 bilhões, o equivalente a 54% da receita total.

IPVA - O segundo imposto com a maior arrecadação do Estado, o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), mesmo com a menor alíquota do Sul do País, cresceu 10,82% em relação a 2013, e a arrecadação bruta do tributo, em 2014, chegou a R\$ 1,322 bilhão. Em 2015 a arrecadação continuou a crescer e aumentou 8,35% em relação a 2014, e chegou a R\$ 1,433 bilhão. Contribuíram para o incremento da receita o aumento da frota, a melhoria no padrão dos veículos e as campanhas de recuperação de créditos. A arrecadação líquida do IPVA, após as transferências aos municípios e ao Fundeb, e após as restituições aos contribuintes, em 2015 foi de R\$ 572,999 milhões. Em 2016 o crescimento foi de 3,1% em relação a 2015, e a arrecadação bruta do tributo, considerando-se as multas, os juros e a dívida ativa, foi de R\$ 1,491 bilhão. Em 2016 a arrecadação líquida do IPVA, após as transferências aos municípios e ao Fundeb e após as restituições aos contribuintes e outras deduções, foi de R\$ 596 milhões.

ITCMD - A arrecadação bruta com o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) cresceu 24,19% em 2014 e 18,02% em 2015. O tributo, que incide basicamente sobre a transferência de bens decorrentes de doações ou herança, garantiu para os cofres públicos R\$ 164 milhões em 2014 e R\$ 213 milhões em 2015, incluindo a arrecadação com multas, juros e dívida ativa. Já em 2016 a arrecadação bruta com o ITCMD cresceu 26,8% e garantiu R\$ 270,6 milhões para os cofres públicos, incluindo a arrecadação com multas, juros e dívida ativa. O bom resultado da arrecadação do ITCMD é atribuído ao intenso trabalho de fiscalização e à automatização do recolhimento do imposto. As alíquotas de ITCMD de Santa Catarina variam de 1% a 8%.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Em 2014, as transferências correntes representaram 17,28% da receita orçamentária bruta, perfazendo um montante de R\$ 5,062 bilhões.

As principais transferências correntes recebidas pelo Estado são as intergovernamentais, merecendo destaque aquelas provenientes da União (43,49%), como o Fundo de Participação dos Estados (FPE) (18,36%), as Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) (12,02%), a Cota-Parte IPI (5,13%) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (4,69%).

Em 2015, as transferências correntes brutas representaram 19,48% da receita orçamentária bruta, perfazendo um montante de R\$ 6 bilhões.

O maior montante das transferências correntes recebidas pelo Estado provém da União, sendo a principal o Fundo de Participação dos Estados (FPE), que chegou a R\$ 978 milhões em 2015, um incremento de 5,20% em relação a 2014.

Em 2016, as transferências correntes brutas representaram 16,4% da receita orçamentária bruta, perfazendo um montante de R\$ 5,369 bilhões. O valor recebido em 2016 foi R\$ 630,7 milhões inferior ao recebido em 2015.

A redução mais significativa, em termos de valores, foi observada nas Transferências de Instituições Privadas, tendo sido ocasionada pela mudança de metodologia de contabilização

dos recursos arrecadados pelo Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte (SEITEC) e pelo Fundo de Desenvolvimento Social (Fundo Social).

O maior montante das transferências correntes recebidas pelo Estado são aquelas provenientes da União, que representam 46,4% das transferências correntes. Entre as transferências da União, a principal recebida refere-se ao Fundo de Participação dos Estados (FPE), que chegou a R\$ 1,140 bilhão em 2016, seguida das transferências do Sistema Único de Saúde (SUS).

Outro valor representativo é o proveniente do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que totalizou R\$ 2,082 bilhões líquidos em 2016. O valor representa o retorno que o Estado recebeu do Fundeb para aplicação na rede estadual de ensino e foi R\$ 1,043 bilhão inferior ao valor repassado pelo Estado ao mesmo fundo no ano. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 04 - Transferências correntes (R\$ milhões).

Ao Fundeb foram transferidos R\$ 3,126 bilhões. A principal origem das transferências foi a arrecadação de ICMS (85%), seguida da cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE), com 7%.

RECEITAS DE CAPITAL

As receitas de capital responderam por 6,50% das receitas orçamentárias brutas contabilizadas em 2014. Analisando-se a receita bruta de capital por origem, verifica-se que a parcela mais significativa das receitas de capital advém de operações de crédito (91,58%). Essas operações representam a contratação de empréstimos e financiamentos com entidades estatais, instituições financeiras e fundos, e geralmente são utilizadas para financiar investimentos públicos de interesse da população.

As receitas de capital representaram 4,17% das receitas orçamentárias brutas de 2015 e, no ano, totalizaram R\$ 1,286 bilhão. Em 2016 as receitas de capital responderam por 4,20% das receitas orçamentárias brutas e, no ano, totalizaram R\$ 1,377 bilhão. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 05 - Receitas brutas de capital por origem (R\$ milhões).

Operações de Crédito

Analisando-se a receita bruta de capital por origem, verifica-se que a parcela mais significativa desta advém de operações de crédito (91%). Essas operações representam a contratação de empréstimos e financiamentos do Estado com entidades estatais, instituições financeiras e fundos, e geralmente são utilizadas para financiar investimentos públicos de interesse da população.

Em 2016, as operações de créditos internas representaram a parcela mais significativa das operações de crédito (82,74% das liberações).

DESEMPENHO DA DESPESA

DESPESAS

No ano de 2014 a execução da despesa orçamentária alcançou o montante de R\$ 21,230 bilhões, representando 84,88% do total da despesa autorizada para o período (R\$ 25,011 bilhões). O valor total executado, que corresponde às despesas empenhadas, teve um crescimento nominal de 10,26% em relação a 2013.

No total executado, cabe destaque aos gastos com pessoal e encargos sociais e às outras despesas correntes que, juntos, corresponderam a 82,86% do total de despesas do ano de 2014 (57,71% e 25,15% do total de despesas, respectivamente). Também merecem ênfase os investimentos e as inversões financeiras, que juntos, em 2014, foram 51,5% superiores a 2013, representando 10,67% das despesas totais em 2014 e 7,77% em 2013.

As despesas fixadas inicialmente nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para o exercício de 2015 foram de R\$ 24,816 bilhões. No entanto, a dotação inicial prevista no orçamento estadual de 2015 passou para R\$ 28,515 bilhões, em virtude da abertura de créditos adicionais no montante de R\$ 3,698 bilhões. Dessa forma, do total autorizado, o Estado executou 80,59% das despesas, o equivalente a R\$ 22,980 bilhões.

No total executado, verifica-se que todas as despesas com pessoal e encargos sociais, que são aquelas gastas com a folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas, somaram R\$ 13,473 bilhões, o que corresponde a 58,63% do total das despesas.

Para 2016, as leis que regem os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, autorizaram a execução de despesas em R\$ 29,539 bilhões. Desse valor, R\$ 25,752 bilhões foram inicialmente orçados e R\$ 3,788 bilhões foram acrescentados pelos créditos adicionais. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 06 - Despesa autorizada x despesa executada em 2016 - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (R\$ milhões).

Do total autorizado, o Estado executou 81,86% das despesas, o equivalente a R\$ 24,180 bilhões. Desse valor, 60,79% foram gastos com despesas de pessoal e encargos sociais, que são os gastos com a folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas. Outros 26,18% foram destinados às despesas com a manutenção dos serviços públicos. Os investimentos públicos somaram 7,73% do total das despesas do Estado no ano, e o valor despendido com a dívida pública chegou a 5,3%, sendo 2,78% referentes a juros e encargos e 2,53% de amortização do valor principal das operações de crédito.

Analisando-se a participação de cada área de atuação do governo na composição total das despesas, observa-se que o maior percentual corresponde aos gastos com a Previdência Social dos Servidores do Estado, com 23,48% em 2016, seguido dos gastos nas áreas de educação, com 13,84%, saúde, com 12,45%, e segurança pública, com 10,81%. As demais áreas totalizaram 39,42% da despesa. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Gráfico 03 - Despesas executadas (R\$ milhões).

Folha de Pagamento dos Servidores Ativos, Inativos e Pensões - Quando se compara a despesa com a folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Estado com o total das despesas realizadas no ano de 2016, observa-se que os gastos com a folha de pagamento dos servidores públicos ativos correspondem a 37,75% das despesas totais e que as despesas

com a folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas responderam por 23,03% do valor total das despesas de 2016, resultando em um percentual total de 60,79%.

Previdência dos Servidores do Estado - Assim como nos demais entes federativos, a previdência dos servidores públicos apresenta-se como uma das maiores limitações financeiras do Estado. Nos últimos cinco anos, as despesas com a previdência cresceram aproximadamente 77%, enquanto as receitas previdenciárias cresceram 69%, em termos nominais.

O déficit previdenciário do ano chegou a R\$ 3,5 bilhões. Quando se observa o crescimento do déficit nos últimos três anos, têm-se 2014 com 17,21%, 2015 com 20,62% e 2016 com 11,89%. Essa redução do crescimento ocorrida em 2016 decorre das ações tomadas pelo Estado, no ano de 2015, para conter a insuficiência, entre elas a unificação do fundo financeiro com o fundo previdenciário e a elevação das alíquotas de contribuição de todos os servidores e do próprio Estado.

Manutenção dos Serviços Públicos - Do total das despesas incorridas no ano, R\$ 6,3 bilhões (26%) corresponderam ao gasto com os serviços contratados, compra de material de consumo, gastos com água, luz, telefone, aluguel, terceirizações, subvenções, entre outras.

Destes R\$ 6,3 bilhões, a maior parte, 27,8%, foi aplicada na área da saúde. Esse valor, em sua maioria, é composto pelas despesas com as entidades que administram os hospitais, a contratação de serviços de terceiros e aquisição dos materiais de consumo necessários para a manutenção dos serviços de saúde.

Na função Administração, que reúne as despesas para a administração de diversos órgãos estaduais, o valor com custeio foi de R\$ 1 bilhão, o que representou 16,32% do total. Na sequência, as despesas com a manutenção dos serviços da Educação foram de R\$ 863 milhões, ou seja, 13,64% do total. Na área da segurança pública, as despesas chegaram a R\$ 665 milhões, representando 10,52%, e a área judiciária ficou com 7,5%. As demais áreas somaram R\$ 1,533 bilhão, o equivalente a 24,23% do total das despesas com a manutenção dos serviços públicos. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Gráfico 04 - Outras despesas correntes por função.

Com o cenário econômico que se esboçava no país a partir do segundo semestre de 2014, com expectativa de desaceleração econômica que resultaria em queda de arrecadação e alta da inflação, o Governo do Estado, objetivando se antecipar ao impacto que esses fatores causariam nas contas públicas, estabeleceu a diretriz de redução das despesas de manutenção dos serviços públicos tomando por base o valor executado com essas despesas em 2014. Tal diretriz materializou-se na execução dessas despesas no exercício de 2015 e 2016.

Mesmo com a adoção antecipada dessas medidas de austeridade, buscando mitigar os efeitos da crise, alguns serviços públicos, pela sua natureza e relevância, não puderam ser reduzidos, como é o caso dos serviços com saúde e segurança pública. Porém, tem-se reforçado a necessidade de redução e busca pela qualificação do gasto com serviços públicos.

Transferências Voluntárias - As despesas com transferências voluntárias realizadas pelo Estado somaram R\$ 1,104 bilhão, representando 4,57% no total das despesas executadas em 2016. Do total repassado pelo Estado nas modalidades de transferências voluntárias, que podem ser

convênios ou instrumentos similares, R\$ 795,98 milhões (72,09%) foram para entidades sem fins lucrativos e R\$ 308,17 milhões (27,91%) foram para os municípios catarinenses.

INVESTIMENTOS PÚBLICOS

Os investimentos públicos realizados em 2016 somaram R\$ 1,870 bilhão, ou seja, 7,73% do total das despesas executadas.

Dos recursos aplicados em investimentos públicos, a parcela mais representativa corresponde aos recursos com origem em operações de crédito, ou seja, valores dos empréstimos e financiamentos tomados pelo Governo do Estado.

Do valor total aplicado nos investimentos públicos, 51% foram direcionados à função Transporte que corresponde aos investimentos realizados em infraestrutura dos modais de transporte do Estado. A maior concentração das aplicações está no transporte rodoviário, em que ocorrem ações de preservação da malha rodoviária existente, oferecendo melhores condições logísticas para o escoamento da produção e favorecendo o turismo no Estado. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Gráfico 05 - Investimentos por área de atuação governamental (R\$ milhões).

Dívida Pública - As despesas com o pagamento da dívida pública corresponderam a 5,30% do total da despesa executada em 2016, ou seja, R\$ 1,282 bilhão, sendo R\$ 671 milhões referentes ao gasto com juros e encargos da dívida e R\$ 611 milhões correspondentes à amortização da dívida. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Gráfico 06 - Despesa com a dívida pública (R\$ milhões).

Analisa-se que os dispêndios com os juros, os encargos e a amortização da dívida pública reduziram em 28,47% quando comparados com o ano de 2015. Ou seja, obteve-se uma redução de cerca de R\$ 286 milhões dos gastos com os juros e encargos, e R\$ 224 milhões com a amortização da dívida pública. Essa diminuição observada, quando comparamos os anos de 2016 e 2015, é o resultado da carência de 100% da prestação devida entre os meses de julho e dezembro de 2016, benefício este alcançado com a renegociação da dívida do Estado com a União durante esse ano.

AJUSTE FISCAL

O ano de 2016 começou sob o estigma da incerteza e foi marcado pela desaceleração econômica no País, a qual provocou um quadro de recessão nacional motivado pela crise política, pela diminuição de investimentos e pela redução no consumo.

Enfrentar esse cenário desfavorável, controlar as contas públicas e manter um desempenho positivo foram alguns dos grandes desafios que Santa Catarina teve de enfrentar em 2016 e que levaram a administração pública estadual a adotar medidas focadas no equilíbrio financeiro e no bem-estar das pessoas.

Medidas como a reforma no modelo da previdência estadual, a reestruturação organizacional, o corte dos gastos públicos, o acompanhamento rigoroso da receita e a renegociação da dívida

foram fundamentais para o equilíbrio das contas do Governo e possibilitaram a Santa Catarina assegurar índices acima da média dos demais estados.

Mesmo sem recorrer ao aumento de impostos para minimizar o impacto da crise, a arrecadação bruta do Estado encerrou 2016 com um crescimento nominal de 6,37%, o equivalente a um crescimento de 0,08% se considerada a inflação do ano (6,29% - IPCA). O valor da receita líquida (R\$ 24,284 bilhões) foi R\$ 105 milhões superior ao gasto no ano (R\$ 24,180 bilhões), o que resultou num superávit orçamentário.

O Estado superou os percentuais exigidos pela Constituição Federal na aplicação de recursos em saúde e educação, e também esteve dentro dos limites impostos pela legislação relacionados às despesas de pessoal, à dívida consolidada, às garantias e contragarantias e às operações de crédito.

C. PROJEÇÕES FISCAIS

Melhorar a geração de receita própria é meta permanente do Estado, para viabilizar suas funções fundamentais. Com vistas à obtenção dos valores programados de receitas de arrecadação própria para os próximos anos, o Estado deverá dar continuidade ao programa de modernização da gestão fiscal (PROFISCO), a fim de modernizar as estruturas organizacionais e tecnológicas, profissionalizar os recursos humanos, aperfeiçoar a relação com os “clientes” e manter a integração com os demais fiscos estaduais.

A meta estabelecida para a arrecadação própria estadual para os próximos três anos é de um crescimento médio anual em torno de 6%, sendo que a principal fonte de arrecadação é o ICMS, que no ano de 2016 representou 43,1% da arrecadação estadual.

Em uma perspectiva de que nos próximos anos o Estado possa continuar ampliando e melhorando a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade, provavelmente com menos recursos disponíveis, investimentos na área financeira tornam-se imprescindíveis. Uma vez que a contribuição para uma gestão pública mais eficiente depende da melhoria na qualidade da informação financeira, necessária para medir a eficiência do gasto estadual e seus resultados, para o PROFISCO II estão previstos investimentos em sistemas de gestão fiscal, de almoxarifado e patrimônio, de custos, de controle do gasto e transparência.

D. AVANÇOS E RESULTADOS ALCANÇADOS COM O PROFISCO

Nos últimos anos foram observados grandes avanços na gestão fiscal estadual, financiados em grande medida com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no âmbito do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil - PROFISCO. A exemplo do PNAFE, que possibilitou ao Estado de Santa Catarina deixar como legado à administração fiscal sistemas de referência nacional como o SAT - Sistema de Administração Tributária - e o SIGEF - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal, além da criação da Escola Fazendária, o PROFISCO permitiu alcançar expressivos resultados como os destacados a seguir:

O incremento da arrecadação de tributos, acompanhado pelo SAT, das empresas que respondem por 80% da arrecadação do Estado, tinha como meta o valor de R\$ 8,7 bilhões (Incremento anual de 5% até 2013, considerando a fórmula: valor da arrecadação de ICMS no

ano / valor da arrecadação de ICMS no ano base). A meta superada, já em 2010, com o incremento de R\$ 8,86 bilhões na arrecadação de ICMS, seguido de R\$ 11,0 bilhões, em 2011; R\$ 11,9 bilhões, em 2012; R\$ 13,2 bilhões, em 2013, R\$ 15,78 bilhões, em 2015 e R\$ 15,41 bilhões, em 2016.

A meta de arrecadação do ITCMD de R\$ 61,328 milhões para 2013 foi amplamente superada e atingiu R\$ 122,35 milhões naquele exercício, chegando a R\$ 270,52 milhões em 2016. Atualmente, o sistema automatizado de gestão do ITCMD catarinense é referência nacional.

O aumento na recuperação de créditos inscritos na dívida ativa tinha como meta a cifra de R\$ 70 milhões, em 2014. Foi superada, naquele exercício, chegando aos valores de créditos recuperados de R\$ 94 milhões, seguidos por R\$ 116 milhões, em 2015, e R\$ 139 milhões, em 2016.

Na gestão dos processos, um dos indicadores utilizados foi a redução do tempo médio de tramitação. Na Procuradoria Geral do Estado - PGE, observou-se que a meta de redução foi alcançada em 2013, com a redução do tempo médio de tramitação de um processo de 7 dias para 1 dia.

Outro resultado observado foi a redução do tempo de disponibilização de informação para realização da programação financeira. A meta foi atingida em 2013, com a redução de 1 dia para "on line" das informações para a realização da programação financeira.

A meta de eliminação do custo anual de aluguel do sistema de rateio das receitas tributárias e do custo de processamento dos documentos de arrecadação foi alcançada em 2010. Os valores cobrados anualmente pelo Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) com o sistema de rateio chegaram a R\$ 324,95 mil em 2009, eliminados no ano seguinte com a implantação do sistema. O percentual das receitas tributárias repartidas "on line" no Sistema SAT chegou a 100% em 2010.

O PROFISCO também permitiu ao Estado obter resultados relevantes, entre os quais destacam-se o Sistema de Inteligência de Negócios (B.I.), o Sítio de Contingência da SEF (Replicação do Data Center), o Escritório de Investigação e Perícia Digital, o novo sistema da Procuradoria Geral do Estado - PGE.Net, o Software de Gestão de Auditoria e o Mapeamento Topográfico do Estado. Da mesma forma, produtos significativos resultaram de cooperação técnica proporcionada pelo Programa, como Mapeamento de Processos e o Sistema de Importações do Sistema de Administração Tributária - SAT. A implantação com sucesso do Sítio de Contingência da SEF (Data Center) garante a segurança contra catástrofes para as informações mantidas pelos sistemas corporativos da SEF (planejamento, financeiro e tributário).

E. DIAGNÓSTICO

Em que pese os avanços alcançados pelo PROFISCO ainda é preciso fortalecer a gestão fiscal estadual para mitigar os riscos de sustentabilidade dos esforços de modernização já desenvolvidos e para enfrentar os desafios da crise econômica agravada nos últimos anos. Assim, com base em metodologia diagnóstica formulada em cooperação com a Comissão de Gestão Fazendária (COGEF), que permite avaliar a *Maturidade e o Desempenho da Gestão*

Fiscal (MD GEFIS), os dirigentes e técnicos estaduais identificaram um conjunto de problemas que poderiam ser objeto de ações de modernização, por área de intervenção, conforme segue:

GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL

O alcance dos objetivos da gestão fiscal está comprometido pela insuficiência de orientação estratégica e pela não consideração dos riscos envolvidos, em virtude da ausência de ferramentas de planejamento estratégico e operacional, de procedimentos e sistemas de avaliação do grau de exposição ao risco de órgãos/entidades/processos, da inexistência de sistemática de monitoramento e avaliação de riscos e de sistemática de mensuração de resultados da gestão com base em indicadores de desempenho.

A gestão de pessoas não utiliza informações estratégicas em suas atividades, em virtude da baixa eficiência na gestão de documentos, da baixa eficiência no controle das demandas dos servidores, ineficácia do modelo de comunicação, não consideração das competências individuais no planejamento, alocação e capacitação dos servidores e, ainda pelo pouco alinhamento entre o programa de capacitação e os objetivos da SEFAZ. Ainda, as ações de capacitação não são eficazes quanto ao atendimento às demandas da gestão fiscal, uma vez que não são observadas as prioridades estratégicas da gestão fiscal na seleção das ações de capacitação.

A gestão dos recursos de TIC mostra-se insuficiente para suporte às demandas da SEFAZ, devido a baixa capacidade de desenvolvimento dos instrumentos de planejamento associada a um grande volume de demandas submetidas à GETEC, à pulverização dos esforços de modernização de TI no âmbito da administração fiscal, ao baixo controle da gestão do atendimento das demandas de TI e inexistência de levantamento da satisfação dos usuários internos e externos. Observam-se ainda múltiplas ocorrências de erros detectados posteriormente aos danos causados, em relação ao funcionamento dos sistemas fazendários, devido à insuficiência de ferramentas para monitorar a operação desses sistemas em tempo real.

A gestões de materiais e do patrimônio estadual apresentam baixa integridade e intempestividade das informações, devido a obsolescência e precariedade dos sistemas de Almoxarifado e Patrimônio, que por sua vez não são integrados com o Sistema Financeiro (SIGEF) e não contam com indicadores de desempenho. Existe dificuldade na mensuração e evidenciação do patrimônio, os relatórios gerenciais são de baixa qualidade e os seus registros contábeis são intempestivos.

Quanto ao tema da cidadania e transparência fiscal, o Portal de Transparência não se mostra eficaz como instrumento de comunicação com a sociedade, devido à não integração com as bases de dados dos sistemas das áreas de gestão do governo, não utiliza as novas tecnologias disponíveis para ampliação do seu acesso (ex.: mobile), utiliza linguagem predominante técnica, não contextualiza o gasto público com informações das principais áreas sociais do Governo, não apresenta dados em formato aberto que permitam a cocriação de estudos setoriais junto com a sociedade e não disponibiliza informações não financeiras relacionadas com as áreas de educação, saúde, segurança pública e demais áreas sociais. Ainda quanto ao

tema da cidadania fiscal, observa-se o baixo investimento na produção própria de programas e materiais de Educação Fiscal.

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL

Impossibilidade de estabelecimento de estratégias para minimização do gap tributário, devido a baixa confiabilidade das informações sobre os benefícios fiscais, ausência de um sistema de monitoramento e avaliação dos benefícios concedidos e de estudos econômicos, tributários e financeiros, incluindo avaliações de impacto, que subsidiem a formulação das políticas e normas fiscais.

O cadastro de contribuintes apresenta fragilidades quanto à ampliação da sua segmentação e quanto à integração com outras bases de dados, em virtude da baixa qualidade e quantidade das variáveis usadas atualmente para essa segmentação, da existência de duplicidade de informações prestadas pelos contribuintes (SPED fiscal e DIME), da dificuldade de se estabelecer padrões de mercadorias com seus respectivos tratamentos tributários, do controle do varejo que não ocorre em tempo real, da inexistência de controles eletrônicos dos serviços de transportes, e da não integração do SAT com o DETRAN.NET, com os cartórios de registro civil e com a Junta Comercial.

Na área de fiscalização e inteligência fiscal existe uma baixa utilização das massas de dados disponíveis para subsidiar o planejamento e a execução das ações fiscais, em virtude da falta de metodologia de análise de riscos para direcionar a ação fiscal, da ausência de indícios de irregularidades apurados em monitoramento e pesquisa fiscal, da não cobertura de todas as fases do processo fiscal pela ferramenta automatizada de apoio à execução da ação fiscal, pelo pouco uso das informações da escrituração contábil e fiscal dos contribuintes nos trabalhos de auditoria, da fragilidade do controle das operações que envolvem comércio eletrônico, e pelo baixo conhecimento das ferramentas e modelos de tratamento de grandes volumes de dados.

O tempo médio de julgamento no contencioso administrativo é excessivo, devido a impossibilidade de tramitar processos eletrônicos com sujeitos passivos solidários, excessivo número de intervenções manuais para correção de erros de tramitação dos processos, não integração do sistema ao DETRAN-NET, pela impossibilidade de gerar relatórios gerenciais e pela não utilização de métricas de desempenho.

A comunicação do Fisco com o contribuinte apresenta deficiências, em virtude do baixo controle de demandas por serviço, da baixa usabilidade do sistema SAT pelos usuários (contribuinte, contabilista, cidadão), da não utilização do Domicílio Tributário Eletrônico do Contribuinte (DTEC), da inexistência de parcerias e convênios com centrais de atendimento ao cidadão e pela inexistência de avaliação da qualidade dos serviços e da usabilidade dos sistemas fazendários pelos contribuintes/cidadãos.

A estratégia de cobrança ainda não evita a contumácia das práticas de não cumprimento dos acordos firmados com o Fisco no âmbito da recuperação do crédito tributário, em virtude da inexistência de matriz de risco de descumprimento da obrigação tributária que oriente essa estratégia, inexistência de regras específicas para tratamento de devedores contumazes e da falta de consolidação das informações cadastrais para a consulta e seleção do melhor

endereço para cobrança e para a identificação de devedores solidários. Ainda, observa-se que os contribuintes que não cumprem acordos de parcelamento utilizam essa estratégia para se tornar temporariamente adimplentes, sem conclusão do processo de pagamento, não havendo agravamento das multas por esta prática.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO

A tomada de decisão acerca das necessidades de investimentos públicos não considera a eficácia e efetividade dos resultados anteriores, devido a não utilização de indicadores no planejamento e na execução orçamentária, bem como não utiliza ferramentas para construção de cenários fiscais para subsidiar a ação governamental.

Observa-se uma fragilidade no acompanhamento tempestivo dos recursos do tesouro estadual, devido a deficiências de comunicação entre a SEFAZ e as setoriais/seccionais da área financeira, a obsolescência da metodologia e do sistema de fluxo de caixa, a baixa integração do SIGEF com o SAT que não permite o controle eficaz das transferências constitucionais e a pouca utilização das ferramentas de BI pelos técnicos do tesouro estadual.

O procedimentos contábeis patrimoniais ainda não estão totalmente convergidos aos padrões internacionais de contabilidade, devido a deficiências dos sistemas de patrimônio e almoxarifado, à falta de conformidade dos valores de registro do patrimônio, à ausência de estudos sobre a política contábil de materiais e patrimônio e à dependência do avanço tecnológico em outros sistemas estruturantes do Estado.

A gestão da Dívida pública tem dificuldade de avaliar a eficácia das operações de crédito em virtude da dificuldade de avaliação dos cenários para previsão do estoque e serviço da dívida, da ausência de rotinas sistematizadas que avaliem a necessidade, justificativa e eficácia dos financiamentos e do baixo controle de riscos fiscais.

Os custos públicos não são utilizados para a tomada de decisão e a visão dos gastos públicos é fragmentada, devido à falta de informação e acompanhamento de custos dos serviços no setor público estadual, inexistência de ferramenta de coleta e apuração de custos, disposição de dados em bases dispersas e não integradas e trilhas de auditoria não automatizadas.

1.2. MARCO DE REFERÊNCIA/SOLUÇÃO PROPOSTA

Para enfrentamento dos problemas descritos a equipe de projeto, com apoio de uma ferramenta construída pelo PROFISCO para apoiar o desenho de projetos, garantindo sua lógica vertical, denominada *Matriz de Problemas, Soluções e Resultados (MPS&R)*, selecionou as seguintes propostas de soluções, por área de intervenção:

GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Produto 1.1 Governança Pública aperfeiçoada, por meio da elaboração do planejamento estratégico da gestão fiscal, integrado com o plano estratégico estadual e desdobrado em planos operacionais, da implantação de um sistema de monitoramento dos resultados por meio de indicadores de desempenho e de metas pactuadas, da implantação de um modelo de

gestão de riscos e integridade, e da implantação de um programa de qualidade de auditoria interna.

Produto 1.2 Gestão de Pessoas aperfeiçoada, por meio da revisão do modelo de gestão de documentos da SEF, implantação da Central de Gestão de Pessoas, implantação de um modelo de gestão por competências, novo Modelo de Capacitação e Avaliação com base nos objetivos estratégicos da SEF e da readequação do ambiente físico da ESFAZ e da COSEF.

Produto 1.3 Programa de Capacitação Continuada implantado, alinhado com os objetivos estratégicos da SEFAZ, por meio da construção e implementação do Plano de Capacitação Continuada, observando temas estratégicos e públicos alvo segmentados.

Produto 1.4 Gestão de TI aperfeiçoada, por meio da elaboração e implementação do PDTI que observe o plano estratégico da SEFAZ, implantação de sistema de gestão de atendimento incluindo pesquisa de satisfação de usuários, e atualização da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação.

Produto 1.5 Gestão de Materiais e Patrimônio aperfeiçoada, por meio da implantação dos sistemas de Gestão de Materiais e de Gestão do Patrimônio integrados ao SIGEF.

Produto 1.6 Transparência e Cidadania Fiscal aperfeiçoada, por meio da atualização do Portal da Transparência (integração com os demais sistemas do governo, disponibilização de informações não financeiras das áreas sociais e acesso por meio de dispositivos móveis) e do fortalecimento da Educação Fiscal, compreendendo a avaliação do modelo atual e novas propostas de cobertura e abordagem.

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL

Produto 2.1 Formulação e Avaliação de Políticas Tributárias aperfeiçoadas, por meio do Novo modelo de análise do gasto tributário e avaliação de políticas tributárias para solução de problemas envolvendo política tributária (tratamentos tributários diferenciados, carga tributária potencial e efetiva, gap tributário e custo tributário).

Produto 2.2 Sistemas de Cadastro e de controle das demais obrigações tributárias aperfeiçoados, por meio do Novo modelo de gestão da informação do comércio varejista, Novo modelo de gestão da prestação de serviços de transportes, novo modelo de fiscalização baseado no perfil do contribuinte, Novo modelo de aferição do ICMS apurado pelos contribuintes com base nos dados do SPED, solução para gestão da tabela de mercadorias, Novos sistemas de gestão do IPVA e do ITCMD.

Produto 2.3 Fiscalização e Inteligência Fiscal aperfeiçoadas, por meio de Solução de gestão da fiscalização de e-commerce, Novo modelo de avaliação de risco tributário, ampliação da solução de inteligência de negócio (BI), revisão do módulo de auditoria (Malha fiscal) com aderência das ferramentas de inteligência fiscal às novas tecnologias disponíveis, revisão do módulo de fiscalização, Modelo de auditoria usando os dados provenientes da escrituração contábil dos contribuintes, Novo modelo de segmentação de contribuintes e Sistema de autorização de DF-e.

Produto 2.4 Contencioso Fiscal aperfeiçoado, por meio de Novo Sistema do Contencioso Administrativo Tributário - CAT (Relatórios Gerenciais, métricas para avaliação de desempenho dos julgadores, pautas de julgamento, busca de acórdãos por tema e número, dados de estoque e produtividade e demais comunicações disponibilizados na WEB, integrado com aplicativo Mobile SAT e com o PGE-NET) e Solução de tecnologia que permita a participação remota de interessados nos julgamentos do Contencioso Administrativo.

Produto 2.5 Serviços ao Contribuinte aperfeiçoados, por meio da melhoria da usabilidade do SAT, disponibilização de canal de conversação via chat para relacionamento com os contribuintes (contemplando chat cognitivo), estabelecimento de convênios e parcerias com centrais de atendimento para oferta de serviços fazendários em suas instalações e readequação dos ambientes físicos das gerências regionais.

Produto 2.6 Cobrança e Arrecadação aperfeiçoada, por meio da revisão do modelos de cobrança e arrecadação, contemplando a avaliação de riscos de descumprimento da obrigação tributária, com definição e gerenciamento de seu plano de mitigação; segmentação dos contribuintes por nível de risco e potencial de recuperação, com regras específicas para tratamento de devedores contumazes; disponibilização de base de dados de contato dos contribuintes integrada e atualizada (“melhor endereço”, Base relacional: CNPJ atrelado a diferentes CNPJs/CPFIs: holdings, sócio, solidário e contador); adoção de agravamento de multas nos casos de penalidades na recuperação do crédito; e melhoria da integração dos sistemas da SEFAZ com os sistemas dos agentes arrecadadores (bancos) e do agente centralizador.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO

Produto 3.1 Planejamento e Execução Orçamentária aperfeiçoado, por meio da implantação de Sistema de Gestão de Indicadores, implantação de sistema para divulgação dos bens e serviços entregues à sociedade, elaboração e monitoramento de cenários e implantação de solução para a previsão, monitoramento e análise (riscos/desvios) das metas fiscais.

Produto 3.2 Políticas, Programação e Execução Financeira aperfeiçoadas, por meio de Sistema de comunicação de finanças públicas (para setoriais/seccionais da área financeira), revisão da metodologia de fluxo de caixa, desenvolvimento de sistema de fluxo de caixa integrado com a programação financeira, implantação de painel de transferências constitucionais com integração ao SAT e ao SIGEF e implantação de painel de BI para o Tesouro Estadual (sala de situação).

Produto 3.3 Gestão Contábil aperfeiçoada, por meio da convergência aos padrões internacionais de contabilidade.

Produto 3.4 Gestão da Dívida Pública aperfeiçoada, por meio de Modelo de avaliação de operações de crédito, com utilização de cenários de financiamentos, Sistema de monitoramento de contratos de crédito e Sistema único de acompanhamento de ações judiciais que viabilize a integração com o módulo de riscos fiscais

Produto 3.5 Gestão de Custos e Gastos Públicos implantada, observando a NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Serviço Público, por meio do desenvolvimento do modelo

de gestão de custos, desenvolvimento e implantação do sistema de custos, integração dos sistemas corporativos do Estado em base única e automatização do sistema de controle interno com utilização de ferramentas de *Business Intelligence*.

1.3. MARCO DE REFERÊNCIA/ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

As Orientações Estratégicas de Governo estão explicitadas no Plano Plurianual estadual, por meio do Programa 0830 Modernização da Administração Fazendária, cujo objetivo, aderente aos objetivos do projeto, é *“Modernizar a administração pública, visando aumentar a eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados a sociedade catarinense”*.

2. PROJETO

2.1. TÍTULO: Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Santa Catarina

2.2. TÍTULO ABREVIADO: PROFISCO II SC

2.3. MUTUÁRIO: Estado de Santa Catarina

2.4. TIPO OPERAÇÃO: Operação de crédito externo

2.5. PROJETO/OBJETIVO

O objetivo do Projeto é contribuir para a sustentabilidade da gestão fiscal, por meio do aperfeiçoamento da gestão fazendária, da administração tributária e contencioso fiscal e da administração financeira e do gasto público, atendendo às diretrizes estratégicas estaduais.

São objetivos específicos:

- Melhorar o desempenho da gestão fazendária contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento e monitoramento de resultados, no controle interno, na gestão e capacitação dos recursos humanos, no planejamento e gestão da tecnologia da informação, na gestão de material e patrimônio, assim como na transparência fiscal.

- Melhorar o desempenho da administração tributária e do contencioso fiscal, contribuindo para o aumento da arrecadação das receitas próprias, a redução do tempo de tramitação dos processos administrativos tributários e a recuperação da dívida ativa.

- Melhorar o desempenho da administração contábil e financeira contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento financeiro, na convergência contábil, na racionalização e avaliação do gasto e na gestão de custos públicos.

2.6. PROJETO/INDICADORES

Descrição Indicador	Fórmula de cálculo	Unidade de medida	Linha de base	Meta
Manutenção da pontuação de SC no ITCF na categoria A (> 90 pontos)	Total dos pontos alcançados nos 5 eixos / 100	Pontos	91,91	90
Redução das falhas de operação (<i>bugs</i>) dos sistemas tributários.	Número médio de falhas de operação (<i>bugs</i>) dos sistemas tributários (conhecidas em aberto)	Número	1.000	300
Incremento real de 10% da arrecadação anual do ICMS dos contribuintes que respondem por 80% da arrecadação	Arrecadação anual do ICMS dos contribuintes que respondem por 80% da arrecadação, no final do projeto, descontada a inflação do período	R\$ bi	15,42	16,96
Redução do tempo de julgamento da Reclamação Inicial na 1ª instância do Contencioso Administrativo Tributário	Tempo mediano decorrido entre a entrada do pedido e a ciência da decisão do julgamento da Reclamação Inicial na 1ª instância do Contencioso Administrativo Tributário	Dias	411	90
Ampliação do número de serviços públicos com custos apurados	Número de serviços públicos com custos apurados	Número	0	2

2.7. PROJETO/COMPONENTES

Componentes (C) e Produtos (P)	Valor US\$
C - GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL	
P1.1 Governança pública aperfeiçoada	1.200.000
P1.2 Gestão de pessoas aperfeiçoada	1.200.000
P1.3 Programa de capacitação continuada implantado	2.000.000
P1.4 Gestão de TI aperfeiçoada	12.000.000
P1.5 Gestão de materiais e patrimônio aperfeiçoada	3.000.000
P1.6 Transparência e cidadania fiscal aperfeiçoada	1.500.000
C - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	
P2.1 Formulação e avaliação de políticas tributárias aperfeiçoadas	1.600.000
P2.2 Sistemas de cadastro e para o controle das demais obrigações tributárias aperfeiçoados	7.000.000
P2.3 Fiscalização e inteligência fiscal aperfeiçoada	6.000.000
P2.4 Contencioso fiscal aperfeiçoado	1.000.000
P2.5 Serviços ao contribuinte aperfeiçoados	1.000.000
P2.6 Cobrança e arrecadação aperfeiçoadas	400.000
C - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	
P3.1 Planejamento e execução orçamentária aperfeiçoados	2.300.000
P3.2 Políticas, programação e execução financeiras aperfeiçoadas	3.300.000
P3.3 Gestão contábil aperfeiçoada	5.600.000
P3.4 Gestão da dívida pública aperfeiçoada	2.300.000
P3.5 Gestão de custos e gastos públicos implantada -	4.000.000
C - GESTÃO DO PROJETO	
P - Monitoramento e avaliação - Metas de resultados monitorados	100.000
P - Auditoria - Prestação de contas auditadas	100.000

Resumo dos Componentes:

Produto: Ver detalhamento no Anexo Técnico 2 - Consolidação dos investimentos do projeto por tipo de recurso (Plano de Ação e de Investimentos - PAI).

OBS: O quadro de Investimento Consolidado do PAI, que detalha os investimentos por Componente, Produto e Tipo de Recursos, deverá ser transportado para um documento Word e incluído no SIGS como ANEXO TÉCNICO 2.

2.8. PROJETO/ETAPAS REALIZADAS

Devido à natureza do Projeto proposto, este prescinde de ações de desapropriação, reassentamento, serviços de obras ou contratação de pessoal.

2.9. PROJETO/ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA

Estadual/Sem detalhes

2.10. PROJETO/PÚBLICO ALVO

As ações aqui previstas deverão repercutir no conjunto da sociedade do Estado de Santa Catarina elevando sua capacidade em prover os serviços públicos por meio do incremento do nível da receita própria e da melhoria da qualidade dos gastos públicos em bases sustentáveis.

2.11. PROJETO/BENEFICIÁRIO

Para população, os resultados positivos estarão relacionados com melhorias na arrecadação, redução do gastos e transparência fiscal, contribuindo para uma melhoria na qualidade de vida tanto dos contribuintes quanto da sociedade em geral.

Destaca-se, também, que o projeto beneficiará, além da Secretaria da Fazenda, distintos órgãos da administração pública estadual tais como as Secretarias de Administração e Planejamento e a Procuradoria Geral do Estado, relativamente ao aperfeiçoamento do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão (SIGEF), bem como todos os demais órgãos da administração estadual, relativamente ao controle e apuração dos custos públicos.

2.12. PROJETO/GARANTIA DA UNIÃO

Sim

3. FINANCIAMENTO

3.1. FINANCIAMENTO/FONTE

Moeda de Referência: **Dólar americano**

Fonte Externa	Sigla	Moeda	Valor proposto	Taxa de Câmbio	Valor de Referência
Banco Interamericano de Desenvolvimento	BID	US\$	US\$ 50.000.000,00	1,00	US\$ 50.000.000,00
Fonte Interna	Sigla	Moeda	Valor proposto	Taxa de Câmbio	Valor de Referência
Contrapartida Financeira	CF	US\$	US\$ 5.600.000,00	1,00	US\$ 5.600.000,00

Total	US\$ 55.600.000,00		US\$ 55.600.000,00
-------	--------------------	--	--------------------

3.2 FINANCIAMENTO/INDICAÇÃO DE CONTRAGARANTIAS

O Poder Executivo fica autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do artigo 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

Opção selecionada: Concordo

4. EXECUÇÃO

4.1. EXECUÇÃO/ARRANJO INSTITUCIONAL

O mutuário da operação será o Governo do Estado de Santa Catarina. O monitoramento e a avaliação do Projeto e dos seus resultados serão realizados pela unidade de coordenação no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

As avaliações realizadas dos projetos encerrados do PROFISCO demonstram que ações de fortalecimento da capacidade institucional da equipe estadual na preparação, execução, monitoramento e avaliação de projetos desenvolvidas no âmbito do Programa serão de fundamental importância para a melhoria do desempenho na execução do PROFISCO II SC, conforme segue: (i) capacitação continuada nas políticas de aquisições de organismos internacionais e na formulação de termos de referência e elaboração de especificações técnicas, segundo um conjunto de documentos padronizados, dos membros das unidades de coordenação, líderes de projetos, técnicos das áreas de compras, procuradores e técnicos dos órgãos de controle interno e externo; (ii) adequação e credenciamento de sistemas nacionais para prestação de contas (Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF); (iii) criação de comissão especial de licitação, no órgão executor para atendimento ao PROFISCO II; e (iv) realização das auditorias pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, órgão já credenciado pelo BID.

Ademais, a troca de experiências com outros estados, por meio dos grupos técnicos vinculados ao Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) e ao Comitê dos Secretários de Estado da Fazenda (COMSEFAZ), em especial a Comissão de Gestão Fazendária (COGEF), permitiu a realização de visitas técnicas para transferência de tecnologias, o compartilhamento e cessão de soluções e o amadurecimento operacional das áreas gerencial e técnica dos órgãos fazendários.

A Matriz de Responsabilidade do Projeto descreve as principais competências de cada um dos atores envolvidos na execução do Projeto, por área de intervenção.

OBS: O documento da Matriz de Responsabilidade deverá ser incluída como ANEXO TÉCNICO 3 no SIGS.

4.2. EXECUÇÃO/EXECUTORES

<p>Executor: Secretaria da Fazenda do Estado de SC Representante Oficial: Almir José Gorges</p>
--

Endereço da Sede: Centro Administrativo do Governo do Estado de Santa Catarina. Rodovia SC 401, KM 05, nº 4.600. Bairro: Vargem Grande. Florianópolis – SC CEP: < >
Telefone: (48) 3665-2501 Fax: *(se houver)*
CNPJ: 82.951.310.0001-56 UF: < >

4.3. EXECUÇÃO/PRAZO

Prazo de Desembolso: 5 anos

4.4. EXECUÇÃO/CRONOGRAMA

OBS: Transcrever os dados do quadro próprio do PAI

Componentes e Produtos	Valor custo	Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4		Ano 5		Total Planejado
		Fontes		Fontes		Fontes		Fontes		Fontes		
		BID	CF	BID	CF	BID	CF	BID	CF	BID	CF	
C -												
P -												
P -												
P -												
P -												
P -												

5. RISCOS

5.1. RISCOS/ATOS LEGAIS (não se aplica)

5.2. RISCOS/CONTRATAÇÕES (não se aplica)

5.3. RISCOS/DESAPROPRIAÇÕES (não se aplica)

5.4. RISCOS/IMPACTOS AMBIENTAIS (não se aplica)

5.5. RISCOS/POPULAÇÕES INDÍGENAS (não se aplica)

5.6. RISCOS/REASSENTAMENTOS (não se aplica)

5.7. RISCOS/OUTROS

A governabilidade do governo estadual sobre as ações do projeto minimiza possíveis riscos de execução e outras externalidades que poderiam gerar impactos negativos sobre o desenvolvimento do Projeto. As atividades previstas encontram-se harmonizadas com o PPA estadual (2016-2019) e em consequência com os objetivos, diretrizes, metas e prioridades traçadas pelo Estado.

5.8. EXECUÇÃO/CONTATOS

CPF:

Nome: <Governador>

Órgão: Governo do Estado

Estado: <denominação>

Endereço:

CEP:

Cargo: Governador do Estado

Telefone:
Celular:
E-mail

CPF:
Nome: <Secretário>
Órgão: <denominação da Secretaria>
Estado: <denominação>
Endereço:
CEP:
Cargo: Secretário de Estado
Telefone:
Celular:
E-mail

CPF:
Nome: <Coordenador Geral do Projeto>
Órgão: <denominação da Secretaria>
Estado: <denominação>
Endereço:
CEP:
Cargo:
Telefone:
Celular:
E-mail